



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO UNIFESP,**

2 *campus OSASCO, em 09.05.2014*

3 Ao nono dia do mês de maio de dois mil e quatorze, às dez horas, realizou-se Reunião Ordinária da
4 Congregação UNIFESP, *campus* Osasco, na sala 24 da instituição, localizada à Rua Angélica,
5 número 100, Jardim das Flores, município de Osasco, Estiveram presentes os seguintes membros: o
6 diretor acadêmico, Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto, que presidiu a sessão; a vice-diretora
7 acadêmica, Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari; o diretor administrativo em exercício, Sr. João
8 Marcelino Subires; os coordenadores de curso de graduação: Prof. Dr. Arthur Bragança de
9 Vasconcellos Weintraub, de Ciências Atuariais, Profa. Dra. Cristina Soreanu Pecequilo, de Relações
10 Internacionais, Prof. Dr. Eduardo Luiz Machado, de Ciências Econômicas, Profa. Dra. Márcia
11 Carvalho de Azevedo, de Administração e Profa. Dra. Nena Geruza Cei, de Ciências Contábeis.
12 Também esteve presente o Prof. Dr. João Tristan Vargas, representante indicado do coordenador do
13 Eixo Comum, que justificou sua ausência. Compareceram também os representantes docentes: Prof.
14 Dr. Dr. Fábio Alexandre dos Santos, Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa, Profa. Dra. Luciana
15 Massaro Onusic, Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet e Prof. Dr. Mauri Aparecido de Oliveira;
16 os representantes dos servidores, Sr. Andreas Leber, Sra. Crysthian Gracie Raviani e Sra. Emília
17 Tiemi Shinkawa; e o representante discente Vinícius dos Santos Pereira Reis. E, ainda, como
18 ouvintes, o Prof. Dr. Flávio Rocha de Oliveira e o Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda e o aluno Thiago
19 Alexandre de Carvalho Miguel. O Prof. Salvador Andres Schavelzon, representante docente,
20 também justificou ausência. O presidente inaugurou a sessão às 10h18min cumprimentando a todos
21 e iniciou o **EXPEDIENTE** consultando os membros sobre a aprovação das duas atas que tinham
22 sido encaminhadas com a convocatória. A Profa. Cristina informou que havia encaminhado o
23 documento para leitura do Prof. Marcus Maurer de Salles para leitura e que algumas alterações
24 seriam solicitadas e reclamou que a quantidade e extensão dos documentos enviados como anexo
25 era muito grande e, portanto, o prazo insuficiente para a apreciação de todos os conteúdos. O Prof.
26 Murilo esclareceu que a Resolução 71 do CONSU estabelecia que as convocatórias das reuniões
27 fossem encaminhadas com antecedência mínima de dois dias úteis. Justificou que esses prazos eram
28 cumpridos por aquela Congregação e que era muito difícil encaminhar a documentação a ser
29 apreciada com antecedência maior. Outros membros também manifestaram insatisfação com a
30 necessidade de analisar os anexos volumosos e foi sugerido que as atas apresentadas em uma
31 determinada Congregação só fossem aprovadas na reunião seguinte, conferindo aos membros um
32 prazo mínimo de um mês para a leitura e eventuais alterações no texto. Com a palavra, o Prof.
33 Fábio destacou que as alterações sugeridas fossem conferidas com a gravação. O discente Vinícius
34 corroborou a fala do professor sugerindo que as atas fossem aprovadas mediante acesso ao
35 documento redigido e ao áudio. Retomando a palavra, o Prof. Murilo perguntou se a ata do dia
36 07/junho/2013, menos extensa, poderia ser aprovada. No entanto, os presentes não se sentiram
37 seguros para tal aprovação, pois a maior parte deles não havia lido a ata. Assim, ficou combinado
38 que ambas seriam aprovadas na reunião seguinte. O Prof. Murilo, então, fez um apelo para que
39 todos se esforçassem para acelerar as aprovações e deu início aos **INFORMES DA DIRETORIA**
40 **ACADÊMICA** que eram quatro: (1º) **Presença da Reitora e Assessores no *campus* Osasco** –
41 Anunciou que a Magnífica Reitora e os seus assessores estariam presentes à audiência marcada para
42 o dia 21 de maio de 2014, no auditório do *campus*, com horário previsto 18 horas. O encontro teria
43 por objetivo apresentar as realizações e os problemas da gestão central atual, as características do
44 Orçamento, bem como dialogar sobre temas mais específicos do *campus* como, por exemplo, a



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

45 criação dos departamentos na UNIFESP; **(2º) Unidade de Quitaúna** – Detalhou o andamento da
46 ocupação do terreno em Quitaúna, relatando a conclusão da licitação que apontou como vencedora
47 a empresa Pisometal para gradear o terreno. Mencionou que a empresa é a mesma que executou
48 trabalhos na USP-Zona Leste e que vencera apresentando um orçamento abaixo da tabela de
49 referência. Relatou que o contrato fora assinado no dia anterior e que a previsão de início dos
50 trabalhos da construção do gradil era 28/maio. Destacou a importância do gradil para a imagem da
51 UNIFESP perante a opinião pública. Lembrou que a UNIFESP vinha sendo alvo de denúncias por
52 conta da sujeira encontrada no local e o fato de a Prefeitura de Osasco ter condicionado o início de
53 seus trabalhos - calçamento, limpeza e policiamento - ao cercamento do terreno. Acrescentou a
54 seguinte agenda de trabalho: ◦ julho/2014: previsão de início da execução do Projeto Básico do
55 Prédio I e outras instalações por parte de uma das 10 empresas que concorriam e já haviam
56 apresentado acervo técnico para análise; ◦ janeiro/2015: licitação para contratação da empresa
57 que construiria o Prédio I; ◦ março/2015: previsão de início da construção do Prédio I
58 ◦ dezembro/2016: previsão de término do Prédio I. Além disso, informou que em 20/maio teria
59 início a exposição das plantas do projeto, também em 3D. Após a exposição por aproximadamente
60 30 dias, salientou, haverá uma audiência pública para a comunidade EPPEN com a ProPlan para
61 conversa e coleta de sugestões; **(3º) ADUNIFESP** - Comentou que a associação promoveria no dia
62 19/maio, às 18 horas, um debate com a Reitoria sobre a repactuação das vagas de servidores
63 técnicos e docentes; **(4º) Estacionamento** – Explicou que o estacionamento chegara a um ponto de
64 estrangulamento e que as tratativas da direção do *campus* com a Prefeitura de Osasco e a Secretaria
65 de Governo tinham sido bem-sucedidas e, apesar do terreno ao lado do estacionamento do campus
66 Osasco não estar incluído no Contrato de Cessão, ficara acertado com a FITO a cessão da referida
67 área. Compartilhou a esperança que a FITO elaborasse rapidamente um contrato de cessão desse
68 terreno para que, em breve, o problema da falta de vagas pudesse ser aliviado. Finalizados os
69 Informes da Diretoria Acadêmica, o presidente passa a palavra ao Sr. João Subires, que deu início
70 aos **INFORMES DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA: (1º) Sala de Videoconferência** -
71 Anunciou que a sala de videoconferência já estava funcionando no quarto andar; **(2º) Livros** –
72 Relatou o empenho de 81 mil reais em livros nacionais e 100 mil reais em livros importados, cuja
73 entrega já era aguardada. Acrescentou que o empenho de mais 82 mil reais para livros importados
74 estava sendo finalizado. **(3º)** Frisou o prazo de 20/maio para apresentação das **demandas das**
75 **coordenações de cada curso para o Plano de Trabalho do campus Osasco para 2015**,
76 explicando que essas demandas seriam ainda passadas para a Reitoria que as repassaria, então, ao
77 MEC; **(4º) Cabine Primária** – Comentou sobre a reforma da cabine que, ao ser finalizada,
78 permitiria o uso da carga elétrica total. O diretor administrativo em exercício aproveitou para
79 salientar as dificuldades do orçamento, explicando que o MEC estava conferindo todas as contas
80 com a expectativa de zerar a execução para, então, abrir para novas demandas. Reiterou as contas a
81 pagar de prestadores de serviços, água, energia elétrica, entre outras e destacou a necessidade de se
82 efetuar gastos com muita consciência. Lembrou que antigamente os diretores administrativos se
83 reuniam periodicamente para combinar as despesas e que atualmente uma Câmara Técnica estudava
84 e estabelecia os critérios de gastos. Ao ser perguntado pelo Prof. Mauri sobre as demandas a serem
85 apresentadas pelas coordenações, ele respondeu que as respostas poderiam ser encaminhadas para a
86 contadora, Sra. Juliana, que processaria as necessidades rapidamente. Os presentes discorreram
87 sobre as dificuldades orçamentárias, citando a USP, cuja crise era atribuída ao alto número de
88 servidores inativos na folha de pagamento, e apontando como vantagem das universidades federais
89 a não existência de um teto orçamentário. Com a palavra, a Profa. Luciana lembrou que a USP tinha



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

90 autonomia universitária e, por essa razão, teria de arcar com a previdência e explicou a diferença
91 entre verba de custeio e orçamento. Terminou destacando que orçamento aprovado não significava
92 financeiro aprovado, ou seja, disponibilidade financeira. Encerrando, o Sr. João acrescentou que
93 além de algumas contas ficarem pendentes, muitas vezes, somavam-se multas e estas ficavam por
94 conta da UNIFESP. O Prof. Eduardo pediu a palavra para dar um **INFORME DO CURSO DE**
95 **CIÊNCIAS ECONÔMICAS** e compartilhou a nota 4 conferida pelo MEC. Revelou que questões
96 de infraestrutura, como rampa de acessibilidade e grande número de docentes por sala destinada aos
97 professores haviam comprometido a possibilidade de nota máxima. Considerou a avaliação justa e
98 considerou que o resultado serviria também como elemento para a reivindicação formal para São
99 Paulo. A Profa. Cláudia concordou que as adequações necessárias seriam uma justificativa para a
100 apresentação de solicitação de maior orçamento para Osasco. O Prof. Eduardo continuou
101 explicando que, do ponto de vista acadêmico, o MEC avaliara que o curso não estava totalmente
102 organizado devido ao atraso do Núcleo Docente Estruturante e à Comissão Própria de Avaliação,
103 além de ter apontado como ponto de dúvida a participação do Eixo Comum. Informou que o
104 relatório sairia naquela semana e que ele próprio já havia apurado que a nota atribuída ao corpo
105 docente era 4.4. Nesse momento, a Profa. Nena interrompeu para corroborar a fala do coordenador,
106 para dizer que Ciências Contábeis também obtivera nota 4 devido ao pequeno quadro docente e à
107 modesta produção acadêmica. Com a palavra, o Prof. Murilo frisou a importância da discussão
108 sobre os relatórios de avaliação do MEC depois de concluídas as visitas, para que a Congregação
109 pudesse trocar ideias e pensar em estratégias comuns para demandar maior e melhor infraestrutura.
110 O Sr. João, então, sugeriu convidar todo o corpo técnico da UNIFESP para avaliar a infraestrutura
111 disponível, pois tratava-se de uma questão de investimento. Assim, encerrados os INFORMES, o
112 presidente fez menção à ordem do dia, porém, a Profa. Márcia pediu a palavra para anunciar que o
113 Prof. Bolívar tinha feito um levantamento sobre a contratação de professores sob o novo regime e
114 havia constatado uma diferença significativa no reajuste de salário em comparação aos colegas. Ela
115 explicou que a Categoria Adjunto 1 receberia 10% de reajuste em 2014 e 4,67% em 2015, em
116 comparação aos 3,44% e 3,32% respectivamente, dos professores Adjunto A contratados sob o novo
117 regime. Finda a intervenção da professora, o presidente consultou os membros sobre o pedido do
118 Prof. Arthur para antecipar o ponto (6) por ser um tema rápido e com 11 votos favoráveis, 2
119 contrários e uma abstenção teve início a **ORDEM DO DIA: (6) APROVAÇÃO DA MUDANÇA**
120 **DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ATUARIAIS** - Com a palavra, o Prof.
121 Arthur lembrou que já havia antecipado em reunião anterior a sua saída da coordenação do curso
122 de Ciências Atuariais e explicou a urgência da homologação do nome do Prof. Ricardo Hirata Ikeda
123 como seu substituto. Como alguns membros se inscreveram para pedir esclarecimentos, o
124 presidente chamou a atenção para a extensão da pauta e sugeriu limitar o tempo de cada fala em 3
125 minutos. Com a concordância de todos, a vice-diretora ficou encarregada de controlar o tempo.
126 Com a palavra, o Prof. Mauri indagou se o docente de Ciências Contábeis poderia coordenar
127 Ciências Atuariais e se esse trânsito poderia ocorrer assim de modo tão simplificado. A Profa.
128 Cláudia compartilhou a mesma dúvida e acrescentou a pergunta se a ProGrad tinha sido consultada
129 sobre os procedimentos. Com a palavra, a Profa. Nena explicou que os dois cursos tencionavam
130 uma troca, pois o Prof. Ikeda era, de fato, um atuário, e o vice-coordenador de Ciências Atuariais,
131 Prof. Túlio de Oliveira Massoni, por sua vez, era da área de Direito. Questionados se a transferência
132 deveria ocorrer antes ou depois da troca da coordenação do curso de Ciências Atuariais, o Prof.
133 Arthur respondeu que ele próprio era um caso precedente, pois assumiu a coordenação antes de ser
134 transferido para o curso de Ciências Atuariais e que o Prof. Dr. Márcio Ferro Catapani iria para o



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

135 curso de Contábeis, em troca do Prof. Ikeda. O Prof. Murilo, então, ponderou que se fosse
136 **aprovada a troca, ficaria condicionada a transferência e essa troca de vaga constaria em ata.**
137 **Assim, procedeu-se a votação e com apenas 2 abstenções, foi aprovada a homologação do**
138 **professor Dr. Ricardo Hirata Ikeda como coordenador do curso de Ciências Atuariais**
139 **(1) AUDIÊNCIA/CONSULTA PÚBLICA SOBRE DEPARTAMENTALIZAÇÃO** – Com a
140 palavra, a Profa. Cristina falou que o pedido vinha na esteira de todo o processo de
141 departamentalização que já fora votado na Congregação. Ela alegou que o fato de não ter havido
142 debate amplo, público e aberto, não permitiu que os representantes docentes e discentes
143 consultassem suas bases. Em sua opinião, não era possível prosseguir com o processo sem que a
144 comunidade fosse consultada. Defendeu que a EPPEN fosse ouvida. O presidente abriu as
145 inscrições e concedeu a palavra ao Prof. Mauri, primeiro inscrito, que disse ser bem-vinda qualquer
146 discussão e justificou que quanto mais seguras estivessem, quanto mais de perto analisassem, mais
147 as partes se entenderiam e melhores seriam os resultados. Salientou que, tecnicamente, o que se
148 propunha era uma estrutura intermediária antes de se chegar ao modelo definitivo, pois, considerou,
149 havia diversos tipos de estruturas possíveis para os departamentos. Alertou que estender o debate
150 para as massas poderia suscitar considerações divergentes e seria preciso muito preparo para lidar
151 com ferramentas como oratória e outras. Com a palavra, o Prof. Murilo se posicionou de acordo
152 com a necessidade de mais debate, porém, justificou que a Congregação trabalhava sob a pressão
153 dos prazos e o tema estava se estendendo sobremaneira desde 2011. Lembrou que o tema fora
154 pautado nas Congregações de 13/março/2013, 22/novembro/2013, 07/fevereiro/2014 e, finalmente,
155 para deliberação em 04/abril/2014. Acrescentou que havia na Congregação duas tendências, a de se
156 chegar ao termo e a de estender o debate. Também lembrou que foram realizadas duas audiências
157 públicas, mas, admitiu que o resultado apertado da votação na Congregação demonstrava a
158 necessidade de mais debate sobre o tema. Reiterou ser a Congregação o órgão deliberativo do tema
159 e que essa responsabilidade não poderia ser transferida para outro órgão. Concordou com o Prof.
160 Mauri que o assunto era delicado, cujo debate esbarrava em discussões sobre o orçamento e,
161 destacou, em uma disputa por votos, esses temas perdem a qualidade do debate. Sugeriu que a
162 Congregação considerasse a ideia da Profa. Nena de convocar uma reunião extraordinária exclusiva
163 para esse debate. Com a palavra, o discente Vinícius comentou a repercussão da votação que gerou
164 muita mobilização e culminou em abaixo-assinado, que seria entregue possivelmente ainda naquela
165 data, solicitando à Congregação o reconhecimento da necessidade de maior consulta e que o assunto
166 não fosse encaminhado antes de outra audiência pública mais ampla. Com a palavra, a Profa. Nena
167 opinou que deveria haver consenso nas escolhas, pois a departamentalização era um legado.
168 Expressou não ter se sentido representada e destacou que todos os cursos estavam passando por um
169 período de avaliação e novos docentes estavam chegando. Reportou a aflição dos alunos e terminou
170 dizendo que quem constrói o nome de uma escola são os discentes. Com a palavra, a Profa. Cristina
171 disse que, tomando por base as falas anteriores, a departamentalização estava sendo colocada como
172 uma questão técnica. Ela discordou desse entendimento e citou que os departamentos definem as
173 vagas e o perfil das vagas é de foro acadêmico. Ela disse preferir classificar como assunto técnico-
174 pedagógico e, lembrou, em uma universidade o pedagógico englobava pesquisa, docência e
175 extensão e que quando esses pilares não eram preservados, acontecia a transformação em fábrica de
176 diplomas. Reforçou a relevância de avaliações como CAPES e MEC e defendeu que recursos
177 orçamentários não poderiam definir a decisão sobre o modelo departamental. Lembrou que o curso
178 de Relações Internacionais fora criado com apenas 2 docentes e, completou, se havia recurso para a
179 inauguração de mais um curso, como o de Direito, deveria haver também para amparar as decisões.



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

180 Citou a Constituição de 1988 e o direito garantido de participação pública, defendeu que não se
181 poderia temer a democracia. Finalizou dizendo que a audiência pública de janeiro tinha sido
182 marcada em um período de férias. O Prof. João Tristan disse compreender o clima de ansiedade
183 gerado por uma decisão que valeria por anos no contexto de uma escola tão jovem. Concordou que
184 deveria haver mais debate, porém sem poder deliberativo, pois, alertou, a questão era
185 reconhecidamente política, apesar de envolver aspectos tanto pedagógicos como técnicos. A Profa.
186 Márcia afirmou ser fundamental a continuidade da discussão, especialmente por concordar que a
187 questão não era apenas técnica. A Profa. Luciana, por sua vez, disse julgar necessário aguardar os
188 relatórios de avaliação dos cursos e promover mais reuniões. Concordou que a questão era urgente,
189 porém, defendeu uma agenda definida com mais oportunidades de debate. O presidente concedeu a
190 palavra ao discente Thiago que reforçou o pedido de um debate público, pois, justificou, o tema
191 departamentalização era bastante recente para os discentes e estes deveriam ser esclarecidos e
192 consultados antes do voto. Retomando a palavra, o Prof. Murilo declarou que havia uma agenda de
193 trabalho e tentava primar pelo respeito às deliberações da Congregação e se fosse deliberada a
194 audiência pública, assim seria encaminhado. Esclareceu, ainda, que, também considerando as
195 deliberações dos órgãos colegiados, a candidatura ao recebimento do curso de Direito, decisão
196 tomada pela Congregação, serviria justamente para se obter mais recursos e servidores, pois a vinda
197 desse curso estava claramente condicionada ao provimento prévio das condições necessárias. Ele
198 também explicou que audiência pública era uma reunião por tema específico e especialistas são
199 chamados para falar e subsidiar os órgãos colegiados para suas decisões. Lembrou que na audiência
200 pública de 23/janeiro o Prof. Saporito tinha apresentado o relatório e também houve outra ocasião,
201 mas, ponderou, se essas não foram suficientes, seria perfeitamente possível agendar novos
202 encontros. Ressalvou, porém, não achar bom para um órgão colegiado passar 2 anos sem tomar
203 decisão sobre um assunto. Nesse ponto, o presidente perguntou se poderia encerrar o período de
204 inscrições, porém a Profa. Cristina argumentou que as inscrições dependiam do desdobramento das
205 falas. Com a palavra, o Prof. Ikeda disse achar natural a falta de sincronia em um *campus* ainda em
206 formação e também a diferença do grau de maturidade sobre o assunto entre os membros. Salientou
207 que a Congregação chegara a um ponto em que todos estariam dispostos a estudar, discutir e debater
208 mais sobre o assunto. Defendeu a união dos diferentes segmentos, docentes, discentes e servidores
209 técnico-administrativos, na discussão, fosse do projeto pedagógico, dos regimentos ou dos
210 regulamentos do *campus*. Concluiu que a Departamentalização era pura e simplesmente um
211 mecanismo administrativo que ajudaria a fazer fluir todas essas decisões que impactariam de forma
212 direta ou indireta todos que compõem a EPPEN. Terminou dizendo que o encontro do dia 02/abril
213 não teria sido, em sua opinião, uma audiência pública, pois esta se caracteriza pela abertura à
214 recomendações e sugestões que poderiam ser incorporadas ou não. Preferiu chamar de apresentação
215 pública. Com a palavra, a Profa. Cláudia quis voltar ao ponto que tratava da consulta sobre a
216 possibilidade de audiência pública. Ela declarou que todas as falas demonstravam a necessidade de
217 mais discussões sobre o tema, em diferentes fóruns e de diferentes formas. Reafirmou a legitimidade
218 de todo o processo, cujas decisões foram todas levadas à Congregação. Lembrou que em todos os
219 encontros as sugestões tinham sido ouvidas e levadas para o órgão colegiado, recordando uma delas
220 que sugeria o adiamento da decisão e a abertura de espaço para mais um debate e confirmou que
221 isso tinha ocorrido. Reforçou o papel da Congregação e a importância da manutenção de suas
222 decisões. Concordou com o Prof. Murilo ao dizer que se a Congregação decidir pela recolocação de
223 um tema ou pela audiência ou consulta pública, isso deve ocorrer, pois o órgão é soberano e tem
224 poder para isso. Se posicionou contrária à consulta pública justificando o trabalho que envolveria,



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

225 pelo tempo que seria empenhado e pelo confronto que provocaria. Com a palavra, o discente
226 Vinícius leu carta endereçada ao diretor acadêmico e assinada por vários estudantes que declarava o
227 reposicionamento dos discentes sobre o tema departamentalização e solicitava reconsideração da
228 votação visto as condições em que foram realizadas, alegando que o processo havia desconsiderado
229 a opinião discente, especialmente por estes não terem sido amplamente conscientizados da
230 gravidade da questão. A missiva declarava ser necessária a revisão do processo considerado
231 decisivo para a gestão dos cursos e do *campus*. O aluno aproveitou para pedir que em todos os casos
232 em que a votação pudesse gerar qualquer controvérsia, que a forma de votação fosse estabelecida no
233 início da discussão. Ele agradeceu aos professores que se empenharam em esclarecer as dúvidas dos
234 alunos sobre os modelos de departamentalização, seus prós e contras, mesmo durante as aulas. Com
235 a palavra, a Profa. Cristina frisou que a autoridade da Congregação não estava sendo contestada,
236 porém, enfatizou que o órgão colegiado não era algo descolado do *campus* e não poderia tomar
237 decisões sem ouvir os representantes de cada segmento. Esclareceu que não tinha podido fazer uma
238 leitura atenta da ata da última reunião, que tinha sido enviada com pouca antecedência, mas ela teria
239 ficado com a impressão de que alguns representantes docentes teriam votado em nome próprio e,
240 por essa razão, solicitava que o áudio da reunião fosse disponibilizado o mais rapidamente possível.
241 Reiterou a fala da colega Luciana dizendo não concordar com o possível desgaste gerado pela
242 demora, pois, em sua opinião, naquele momento, havia um desgaste resultante de uma decisão
243 atropelada. Também considerou como apresentação da departamentalização a audiência datada de
244 janeiro, quando ela e outras pessoas solicitaram o adiamento em vista do baixo quorum esperado
245 para um período de férias, recessos e provas. Lembrou que a audiência ocorrida em 02/abril estava
246 inicialmente marcada para 27/março e fora transferida por conta do problema hidráulico ocorrido no
247 *campus* e quando o endereço eletrônico geral para docentes não estava funcionando. Confirmou que
248 ela própria não havia recebido a convocação para aquela reunião de 27/março e nem para a de
249 02/abril. Ratificou que audiência e consulta públicas não eram contrárias à Congregação, mas
250 complementares e engrandecedoras do processo democrático. Defendeu maior abertura para a
251 discussão que denotaria amadurecimento do *campus* com esse procedimento, citando como
252 exemplo da USP. Terminou opinando que pautar o assunto para junho era novamente precipitado.
253 Nesse momento, o Prof. Murilo encerra as inscrições. Com a palavra, o Prof. Fábio reiterou a fala
254 da Profa. Cláudia e do Prof. Murilo atestando a legitimidade da Congregação e do processo que fora
255 amplamente discutido. Ele disse que havia de se ter muito cuidado no questionamento da
256 legitimidade da deliberação daquele conselho. Acrescentou que isso não excluía a necessidade de se
257 debater em outros fóruns. Ressaltou que as representações docentes não tinha de, necessariamente,
258 seguir a posição dos cursos, pois os representantes tinham sido eleitos pelos docentes e não para
259 representar os cursos. Argumentou que havia um caminho a ser percorrido no sentido da
260 departamentalização e a organização dos departamentos por curso não teria retorno. Defendeu que o
261 projeto pedagógico deveria ser considerado nesse processo, se não precedê-lo. E, sobre o curso de
262 Direito, reforçou que a candidatura de Osasco deixava claro os pré-requisitos para viabilizar a sua
263 instalação. Com a palavra, o Prof. Arthur externou que ficara desanimado com a candidatura de
264 Osasco para receber o curso de Direito após os problemas de falta de água no *campus*. O Prof.
265 Eduardo pediu que o tema departamentalização fosse reconsiderado e o resultado da votação da
266 reunião anterior revogado. Esclareceu que o seu pedido não entrava na questão da legitimidade do
267 órgão colegiado, mas visava evitar atritos entre os membros, pois temia que o *campus* Osasco se
268 assemelhasse a Guarulhos e Diadema, cujo histórico de conflitos era conhecido. Com a palavra, o
269 Prof. Mauri falou que, como membro da Comissão de Infraestrutura, considerava o prédio inviável



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

270 para receber o curso de Direito e, portanto, pensava que o curso só poderia ser instalado em outro
271 prédio a ser cedido pela Prefeitura ou no *campus* Quitaúna. Também esclareceu que sempre havia se
272 manifestado como representante docente e no intuito de dar voz a seus pares. Se em alguma ocasião
273 pareceu ser diferente, considerava uma falha. Reiterou que o voto expressado no dia 04/abril não
274 fora pessoal, mas aquela considerada a melhor naquele momento. Reforçou que as decisões
275 deveriam se encerrar naquele fórum e ser cumpridas da melhor maneira possível para manutenção
276 da unidade e o bem da instituição. A Prof. Luciana, por sua vez, revelou que tentaria, de alguma
277 forma, acalmar os ânimos. Reconheceu que uma decisão fora tomada, mas que naquele momento
278 nem todos estavam devidamente preparados. Alertou que, passado o susto, era momento de
279 expandir o debate porque todos se mostraram interessados em esmiuçar o tema para dar o melhor
280 encaminhamento. A Profa. Nena deu seu testemunho em dois pontos, relatou primeiramente sua
281 surpresa ao ser convocada pelos representantes docentes para uma conversa, pois teria sido aquela a
282 primeira vez em que isso acontecia e, ainda, demonstrou estranheza com o fato do encaminhamento
283 dado ao tema departamentalização ter sido a votação, uma vez que o presidente da Comissão de
284 Departamentalização, em sua apresentação, tinha recomendado abertura das discussões em
285 audiência pública. Ela reportou o clamor dos alunos por aprofundamento do debate. O presidente,
286 então, concedeu a palavra ao Prof. Flávio que falou do respeito que nutria pelos colegas
287 representantes docentes, porém, acreditava que os votos proferidos na reunião anterior espelhavam
288 convicções pessoais e não a vontade da maioria de seus pares. Ratificou o respeito às convicções
289 pessoais, ainda que diferentes das suas próprias, mas defendeu que mais informações deveriam ter
290 sido coletadas e que o grupo deveria ter sido ouvido. Concordou com o Prof. Fábio, no entanto, que
291 os representantes não deveriam apresentar a posição dos cursos. Discordou da Profa. Cláudia no
292 tocante à audiência pública e, nesse momento, a Profa. Cláudia esclareceu que havia se manifestado
293 a favor da audiência pública, porém, contrária à consulta pública. O Prof. Flávio reconheceu que
294 havia entendido mal e continuou defendendo a consulta pública ainda que essa ferramenta pudesse
295 ser palco de confrontos e favorecer a retórica, pois acreditava que seria um instrumento para
296 subsidiar a decisão. Disse não concordar que a departamentalização fosse algo puramente técnico,
297 argumentou que além do aspecto técnico havia o político e, nesse sentido, defendeu a liberdade de
298 atuação dos professores e dos cursos. Alegou que o argumento dos prazos era muito fraco para
299 impedir o debate e que a pressa poderia não produzir os melhores resultados e, talvez, até gerar
300 desconfiança com relação à transparência do processo. Retomando a palavra, o Prof. Murilo
301 perguntou se poderia iniciar o encaminhamento das sugestões de consulta pública e audiência
302 pública e a Profa. Cristina lembrou da proposição do Prof. Eduardo de reconsiderar a decisão
303 tomada na reunião anterior. O presidente, então, esclareceu que não havia sido pautada anulação ou
304 revogação de qualquer decisão anteriormente tomada e que, para tanto, todos deveriam ser
305 informados com antecedência. Lembrou que isso não impedia que a solicitação fosse pautada no
306 futuro, pois, apesar de grave, a Congregação era soberana e tinha condições de revogar uma decisão
307 se assim julgasse pertinente. O Prof. Eduardo contestou, então, a audiência pública, alegando que se
308 a decisão seria mantida, não haveria necessidade de realização de audiência ou consulta pública. A
309 Profa. Cristina argumentou que a votação ocorrida na reunião anterior também não estava pautada,
310 ao que o presidente confirmou que a deliberação fazia parte da ordem daquele dia. Com a palavra, o
311 Prof. Ikeda argumentou que a recomendação do Prof. Saporito, presidente da Comissão de
312 Departamentalização, era para abertura das discussões sobre o tema em audiência pública, porém, o
313 tema fora pautado como deliberação e fora levado à votação antes de haver um período razoável
314 para o debate. O Prof. Murilo esclareceu que o procedimento não tinha sido irregular porque o



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

315 ponto tinha sido pautado pela Congregação anterior como deliberativo. A Profa. Nena interrompeu
316 dizendo que não tinha entendido daquela forma e o Prof. Flávio falou que se não havia ficado claro
317 para todos era porque algo estava errado. O Prof. Mauri argumentou que, sendo daquela forma, até
318 mesmo as pautas deveriam passar por revisão ortográfica. O Prof. Murilo, então, abriu as inscrições
319 para que os membros pudessem falar sobre os encaminhamentos e, com a palavra, o discente
320 Vinícius revelou que, em seu entendimento, se audiências e consultas públicas estavam em questão,
321 significava que o processo de votação sofria uma paralisação para ser melhor debatido e ele, então,
322 argumentou que, se durante a deliberação do tema departamentalização era possível inferir a
323 votação, então, também seria possível incluir na audiência e consulta pública, a revisão da votação.
324 Com a palavra, o Prof. João Tristan disse entender que o debate era alternativo à audiência pública,
325 pois este último era um espaço muito mais amplo. Retomando a palavra, o Prof. Murilo explicou
326 que se havia a crítica a respeito da convocatória para a reunião anterior que não explicitava a
327 votação, tampouco aquele ponto que estava sendo discutido naquele momento (“audiência/consulta
328 pública sobre departamentalização”) fazia menção explícita à votação e nem por isso não seria
329 votado. Seria a repetição de um erro. Assim, o presidente propôs a votação sobre a possibilidade de
330 convocar audiência e consultas públicas. Com a palavra, o discente Vinícius quis saber o que
331 exatamente significava aquele novo processo e qual seria o devido encaminhamento. O presidente
332 explicou que seria formada uma comissão para organizar audiência e consultas públicas e o resultado
333 levado à Congregação que, com uma agenda clara e consensual, resolveria o que fazer. A Profa.
334 Cristina se certificou de que a decisão da reunião anterior ficava suspensa até que se resolvesse o
335 que fazer e o presidente chamou à votação perguntando primeiramente quem era favorável à
336 audiência pública sobre departamentalização e com maioria dos votos e uma abstenção, foi
337 **aprovada audiência pública**. Em seguida, consultou os membros favoráveis à realização de
338 consulta pública sobre departamentalização e com seis votos a favor, cinco contrários e cinco
339 abstenções, foi **aprovada consulta pública**. O Prof. Murilo, então, propôs como encaminhamento
340 construir uma agenda e definir a metodologia para realização tanto da audiência quanto da consulta
341 pública, considerando a última mais complicada por necessitar de que fosse garantida a lisura
342 (paritário ou proporcional). Sugeriu formar comissão constituída pelos representantes docentes,
343 discentes e técnicos, membros eleitos da Congregação, para organizar esses atos. O Prof. Eduardo
344 comentou que tanto a audiência quanto a consulta pública forneceriam apenas informações
345 adicionais para auxiliar a Congregação a decidir. Defendeu a necessidade de lisura no processo,
346 porém, julgou dispensável a definição de critérios de paridade ou proporcionalidade. A Profa. Nena
347 sugeriu que cada curso se comprometesse com os seus alunos, ao que o Prof. Fábio contestou
348 dizendo que os alunos deveriam se reunir entre eles, sem a mediação de professores. O Sr. João
349 perguntou sobre a possibilidade de os técnicos terem uma sessão diurna de esclarecimentos, ao que
350 presidente respondeu que a comissão trataria disso e de todos os vários detalhes, assim, também,
351 justificando o tamanho da comissão, que contaria com 12 membros. O Prof. Murilo sugeriu que a
352 comissão apresentasse aos membros da Congregação, antes da reunião seguinte, a ser realizada em
353 06/junho, uma proposta contendo os mecanismos para a realização da audiência e consultas públicas.
354 A Profa. Cristina pediu para que fosse incluído um membro da comissão de departamentalização
355 nessa comissão. Assim, o Prof. Murilo consultou os membros e, **por unanimidade, a formação da**
356 **comissão para planejamento e organização de audiência e consultas públicas sobre a**
357 **Departamentalização foi aprovada** e prosseguiu com os encaminhamentos informando a
358 composição: seis representantes docentes (Professores Doutores Fábio Alexandre dos Santos, Júlio
359 Cesar Zorzenon Costa, Luciana Massaro Onusic, Luis Hernan Contreras Pinochet, Mauri Aparecido



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

360 de Oliveira e Salvador Andres Schavelzon); dois representantes discentes (Erike Patino Cardoso e
361 Vinícius dos Santos Reis), três representantes técnico-administrativos (Andreas Leber, Crysthian
362 Gracie Raviani e Emília Tiemi Shinkawa) e, ainda, um nome da Comissão de Departamentalização
363 a ser indicado. Dessa forma, foi encerrado o ponto e o presidente deu início ao item seguinte: **(2)**
364 **CONGRESSO DA UNIFESP** - Informou sobre a realização do 1º Congresso da UNIFESP a
365 ocorrer nos dias 3, 4 e 5 de novembro, com o tema: 20 anos de UNIFESP, Autonomia, Democracia
366 e Sociedade. O presidente explicou o caráter propositivo do congresso, que poderia promover
367 mudanças no Estatuto e no Regimento da instituição, apresentando ao CONSU para deliberação.
368 Também informou que todas as informações a respeito do evento estavam disponíveis no endereço
369 eletrônico: <http://www.unifesp.br/congressounifesp>. Esclareceu que as principais informações a
370 respeito desse item eram as datas e a eleição dos delegados. Assim, mencionou o período de
371 inscrições (de 05/maio à 04/julho/2014), divulgação das teses inscritas 5 dias após o encerramento
372 das inscrições e período de eleição dos 300 delegados (01/agosto à 30/setembro/2014). Reportou
373 que a comissão organizadora do congresso havia solicitado a indicação de três nomes, sendo um de
374 cada segmento da comunidade EPPEN, para servirem de ponto de apoio da comissão e promoverem
375 a intermediação no *campus* Osasco. Então, **ficou combinado que docentes, discentes e técnicos**
376 **indicariam um representante através de mensagem de correio eletrônico a ser enviado para o**
377 **endereço da secretária (maristela.feldman@unifesp.br) até o dia 15/maio/2014. O Prof. Luis**
378 **Hernan ficou encarregado de consultar seus pares para apresentar o nome do docente que**
379 **faria esse papel de colaborador. Os discentes e os servidores técnico-administrativos**
380 **procederem da mesma forma.** O presidente passou para o ponto **(3) REGIMENTO EPPEN** - O
381 Prof. Murilo convidou o Sr. Andreas para atualizar os membros sobre o assunto para, assim,
382 poderem dar continuidade aos trabalhos e finalizar o documento. Nesse momento, a Profa. Márcia
383 interrompeu para esclarecer que o Prof. Ricardo Bueno era o presidente da comissão que cuidava do
384 assunto e que o colega já havia se dedicado bastante a isso. Ela demonstrou estranheza pelo fato do
385 tema ter sido pautado sem que o presidente da comissão, formada pela congregação, tivesse
386 conhecimento ou fosse consultado. O Prof. Murilo respondeu que não tinha conhecimento de que o
387 Prof. Ricardo era o presidente da referida comissão, pois não havia qualquer documentação formal
388 e explicou que o próprio colega havia sugerido pautar o tema anteriormente, visando a retomada dos
389 trabalhos. Acrescentou que a participação do Sr. Andreas era apenas para cumprir o papel de
390 secretário da comissão e fornecer um breve histórico aos membros da Congregação, para que fosse
391 possível dar prosseguimento ao tema. Com a palavra, o Sr. Andreas iniciou sua fala dizendo que
392 apresentaria um breve relato do que havia sido feito até ali, mas, priorizaria o seu pedido de
393 desligamento da função de secretário visto que havia assumido a posição temporariamente, apenas
394 para substituir o servidor Ruy, que havia se transferido para o *campus* São Paulo. Reforçou que não
395 tinha condições de participar de mais uma comissão e colocava o cargo à disposição. Ele relatou
396 que outros membros da comissão também já haviam se desligado e restavam apenas ele próprio, o
397 Prof. Ricardo Bueno e o Prof. Ikeda e, por essa razão, os trabalhos nunca haviam progredido. Deu
398 conta das poucas reuniões que tinham sido realizadas até então (novembro/2011, janeiro/2012 e
399 duas consecutivas em maio/2012) e das muitas mudanças ocorridas no *campus*, como a deflagração
400 da greve em maio/2012, o ingresso de novos docentes e até mesmo a criação de um novo curso, o
401 de Ciências Atuariais. O Prof. Murilo abriu as inscrições e o Prof. Ikeda esclareceu que na ocasião
402 das primeiras reuniões e audiências públicas, a premência era por um documento que fornecesse
403 alguma ordem, mas passível de constante atualização. Afirmou que era necessário retomar os passos
404 para que fossem coletadas as colaborações a fim de se chegar a um termo. Com a palavra, o Prof.



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

405 Mauri destacou que era preciso repensar o assunto e tudo o que o envolve, como até mesmo a
406 formação de nova comissão, se fosse o caso. A Profa. Cláudia, por sua vez, lembrou que, logo que
407 assumira, a gestão atual salientou a importância do tema e necessidade de reativação da comissão.
408 Citou a Portaria Interna emitida em 16/abril/2013 fazendo menção à comissão que vinha atuando
409 sem formalização. Também citou a inclusão de outros membros na referida comissão, Prof. Arthur e
410 Prof. Marcello Branco, ocorrida na Congregação de março/2013. Ponderou que outros cursos
411 poderiam vir a fazer parte da comissão, citando como exemplo o curso de Relações Internacionais,
412 que à época de formação da comissão contava com apenas 3 docentes, mas que, passado todo esse
413 tempo, poderia ter pessoas interessadas em colaborar. Também mencionou os discentes, Pamela e
414 André, que deveriam ser consultados sobre o interesse em permanecer na comissão ou indicar
415 outros nomes. Afirmou que a direção havia verificado os documentos iniciais e constatado o
416 trabalho intenso que já havia sido feito até ali, porém, antes de serem aprovados o Estatuto e o
417 Regimento da UNIFESP. Destacou que muitos pontos deveriam, pois, ser adequados ao Estatuto.
418 Finalizou dizendo que era necessário reconstituir a comissão e adequar o documento base ao
419 conjunto de normas e regras da UNIFESP. Às 12h30min, o Prof. Júlio adentra o recinto. Com a
420 palavra, o Sr. João declarou que também participara de alguns trabalhos da comissão mas, com sua
421 saída e a do servidor Fernando, os técnicos ficaram sem representação. Concordou com a
422 reconstituição da comissão e dos trabalhos, incluindo audiências públicas. A Profa. Márcia
423 agradeceu a todos os que se esforçaram e afirmou que o trabalho feito não fora de todo em vão e
424 poderia ser aproveitado. Sugeriu consultar os antigos membros da comissão sobre o interesse em
425 continuar participando e se posicionou contrária à reconstituição dessa comissão naquele momento.
426 O Prof. Ikeda também defendeu a preservação do trabalho feito até ali e concordou com a consulta
427 aos membros antigos. Com a palavra, o Prof. Murilo explicou que a gestão atual, ao assumir a
428 direção, havia detectado - através de conversas com os envolvidos e apesar de alguma parte da
429 memória ter se perdido - a necessidade de formalização das várias comissões, não apenas para
430 documentação e definição dos trabalhos, mas, também, para constar do currículo dos colaboradores.
431 Ele relembrou os nomes dos membros da referida comissão que foram possíveis identificar: Prof.
432 Ricardo Bueno, Prof. Ikeda, Prof. Júlio Zorzenon, Prof. Eduardo, os técnicos Andreas, Ruy e João
433 Subires, Dra. Ieda e Profa. Débora. Ele repetiu que não tivera a informação que o Prof. Ricardo
434 Bueno ocupava a posição de presidente. Continuou explicando que a Portaria de 16/abril
435 formalizava os nomes: dos professores Ricardo Bueno, Ricardo Ikeda, Julio Zorzenon e Eduardo
436 Machado e, ainda, incluía: os professores Marcello Branco e Arthur; os técnicos Sr. Andreas e Sra.
437 Emília; os discentes Pamela e André, além da direção formada por ele próprio, a Profa. Cláudia
438 Tessari e o Sr. Tarcísio Mendonça. Assim, consultou os membros sobre a possibilidade de manter a
439 comissão instituída por aquela portaria, considerando aqueles que desejassem continuar
440 participando e incluir novos nomes, de acordo com a necessidade e dentro de um determinado
441 prazo. Ele consultou os membros presentes da comissão sobre o interesse em continuar e **ficaram**
442 **acertados os seguintes membros: Prof. Ricardo Bueno (de Administração), Prof. Ikeda (de**
443 **C.Atuariais), Prof. Júlio (provisoriamente, representando o curso de C. Econômicas), Prof.**
444 **Marcello Branco (do Eixo Comum), Profa. Nena (de C. Contábeis); e, representando os**
445 **técnicos: Emília e Andreas (também como secretário apenas até a indicação de outro nome).**
446 **Os discentes e o curso de Relações Internacionais ficaram de nomear respectivamente dois e**
447 **um representante, até a sexta-feira seguinte, dia 16/maio.** Às 13h, o discente Vinícius deixa a
448 reunião. Encerrado o ponto, o presidente consultou os membros sobre a possibilidade de
449 antecipação do item (5) e não havendo objeções ele iniciou o ponto **(5) APRESENTAÇÃO E**



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

450 **APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA COMISSÃO DE APOIO À BIBLIOTECA** - Com a
451 palavra, o Sr. Andreas fez um breve relato mencionando as competências e a composição da
452 Comissão de Apoio à Biblioteca, cujos membros, Prof. João Tristan, Profa. Heloisa, Profa. Míriam,
453 Prof. Fábio, Prof. Rodrigo e Profa. Cláudia Tessari, tinham se reunido para elaborar o seu
454 Regimento. O bibliotecário mencionou que a comissão havia sido indicada pela Diretoria, a quem
455 aquela deveria se reportar, porém, o Regimento estabeleceria que a comissão a ser estabelecida seria
456 composta por um docente representante de cada curso e do Eixo Comum e por dois representantes
457 discentes, um da graduação e outro da pós-graduação, todos apontados por votação. Entre as
458 funções da comissão citou o papel de disponibilizar informações a respeito de projetos, programas,
459 políticas e produtos da biblioteca; emissão de relatórios e intermediação de pedidos de fomento.
460 Esclareceu que o presidente e o vice-presidente da comissão seriam eleitos pelos próprios membros.
461 O Prof. Zorzenon sugeriu não colocar no texto a respeito do quórum mínimo para as reuniões a
462 fórmula “metade mais um” pois esta não funcionaria em caso do número ser ímpar. Mencionou
463 como alternativa “o primeiro número inteiro a partir da metade”. Estando todos esclarecidos, o Prof.
464 Murilo submete a minuta à aprovação da Congregação e por unanimidade dos votos e apenas uma
465 abstenção, **o texto foi aprovado, com a incorporação da sugestão do Prof. Zorzenon, ficando**
466 **também acordado que na Congregação seguinte seria definida a composição.** Assim, o
467 presidente prosseguiu com a ordem do dia tratando do ponto **(4) APRESENTAÇÃO DA**
468 **MINUTA DO REGIMENTO DA CONGREGAÇÃO DA EPPEN** - Com a palavra, o Prof.
469 Murilo explicou que o rascunho fora baseado em Resoluções e Regulamentos do CONSU, em
470 artigos do Estatuto da UNIFESP e nos Regimentos Internos de Guarulhos e Diadema. Esclareceu
471 que aquela apresentação da minuta servia apenas para inaugurar a discussão e suscitar propostas a
472 serem avaliadas e, eventualmente, incorporadas. A Profa. Cristina indagou se alguma comissão
473 havia elaborado a minuta e o presidente esclareceu que a diretoria tinha elaborado o texto.
474 Retomando a palavra, a professora disse que o documento deveria ser debatido mais amplamente.
475 Destacou a complexidade do documento, que chamou de leitura densa. Disse que a minuta carecia
476 de muitos ajustes e citou como exemplo o artigo 37, que tratava das competências, e nele observou
477 que são mencionadas 30 competências. Também citou não ter encontrado no texto menção sobre a
478 obrigatoriedade de gravação das reuniões. Sugeriu, então, a formação de uma comissão com
479 docentes não membros da Congregação para que estes pudessem subsidiar o órgão colegiado na
480 deliberação do documento. Reforçou que era necessária uma leitura muito atenta, devido à extensão
481 do texto. Terminou por sugerir como encaminhamento a elaboração de um calendário amplo, de
482 médio a longo prazo. A Profa. Nena corroborou as observações da Profa. Cristina e, estando de
483 acordo que o texto deveria ser centrado nas normas gerais da UNIFESP, ofereceu o auxílio dos
484 docentes do curso de Ciências Contábeis que, por terem formação em Direito, teriam muito a
485 colaborar. Encerrou sua fala reiterando que o texto carecia de olhar profundo de algum jurista.
486 Retomando a palavra, o Prof. Murilo concordou que era possível a programação de um período de
487 debates, mas, reforçou que havia cobrança para apresentação do Regimento, cujo esboço estava de
488 acordo com o que já havia sido deliberado na UNIFESP a respeito de regimentos. Esclareceu que o
489 trabalho feito tinha sido praticamente o sistema recorta e cola, mas que, de qualquer forma, deveria
490 passar pela Procuradoria. Discordou que carecesse de um olhar exclusivamente jurista. Ressaltou
491 que se tratava de um documento técnico-político-pedagógico que poderia ser submetido aos colegas
492 juristas, mas que, necessariamente, passaria pelo crivo da Procuradoria. Concordou com a
493 possibilidade de formação de uma comissão para estudar o documento e apresentar à apreciação da
494 Congregação. A Profa. Nena, então, interrompeu para esclarecer que não havia dito que o



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

495 documento seria de juristas, reforçou a excelência dos juristas da Casa que poderiam oferecer uma
496 contribuição técnica para que o documento chegasse onde deveria chegar, de forma coesa. Com a
497 palavra, o Prof. Júlio solicitou esclarecimentos a respeito da proposta da comissão, se esta analisaria
498 a minuta e sugestões de alterações ou reelaboraria outro documento. Ponderou que o processo
499 tendia a se prolongar e, portanto, sugeriu estabelecer que, enquanto o documento estivesse sendo
500 elaborado, valeriam os conjuntos de normas e regras gerais da UNIFESP e os casos omissos seriam
501 resolvidos pelas representações presentes nas reuniões. Com a palavra, a Profa. Cristina esclareceu
502 que a proposta de encaminhamento por ela sugerida era para análise da proposta já elaborada pela
503 direção. Reafirmou que olhos adicionais poderiam contribuir para o amadurecimento do texto e que
504 os juristas do *campus* eram também acadêmicos e, por essa razão, suas colaborações específicas
505 teriam sido aventadas. Nesse momento, o presidente encerrou as inscrições e concedeu a palavra à
506 Profa. Cláudia que afirmou que a iniciativa da direção tomou por base a experiência do Regimento
507 da ProGrad que havia elaborado um documento inicial e, após um período de discussão, fora
508 aprovado. Concordou com a ideia da formação de uma comissão que poderia aproveitar ou não o
509 documento já iniciado. Com a palavra, o Prof. Murilo apresentou proposta alternativa de dar um
510 prazo de dois meses para análise da referida minuta dentro dos cursos. Os coordenadores dos cursos
511 levariam as sugestões colhidas dentro da comissão de cursos para apreciação da Congregação,
512 evitando assim o debate dentro do órgão colegiado que apenas se encarregaria de votar pela
513 aprovação e homologação do documento final. Prof. Ikeda, ressaltou a importância da formação de
514 uma comissão, não somente para melhorar o documento, mas, também, para aliviar o trabalho
515 daqueles que o elaboram. Frisou que a Congregação deveria ser fiscal do próprio Regimento e
516 alinhar os seus artigos ao regimento do *campus*. Encerradas as falas sobre a questão, o presidente
517 consultou os membros sobre a concordância com a criação de uma comissão e, estando todos de
518 acordo, **ficou combinado que os cursos e o Eixo Comum teriam prazo até a sexta-feira seguinte**
519 **para indicarem os nomes que fariam parte da comissão.** O Prof. Júlio reafirmou a importância
520 de ter em mente que, enquanto o Regimento estivesse em processo, valeriam os Regimentos e
521 Estatutos gerais da UNIFESP e os casos omissos deveriam ser decididos pela Congregação. O
522 presidente relembrou que o ponto (6) havia sido antecipado e deu início ao item seguinte: **(7)**
523 **ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO**
524 **PROBATÓRIO (CAEP)** - O Prof. Murilo esclareceu que aquele era um tema que já havia sido
525 pautado outras vezes, mas cuja definição ainda estava pendente. Ratificou a importância de se
526 formar tal comissão e apresentou a lista dos docentes estáveis, portanto, os únicos elegíveis:
527 Professores Doutores Álvaro Machado Dias, Cintia Rejane Möller de Araújo, Cláudia Alessandra
528 Tessari, Cristina Soreanu Pecequilo, Edilene Santana Santos, Eduardo Luiz Machado, Flávio Rocha
529 de Oliveira, Francisco Marcelo Monteiro da Rocha, Júlio Cesar Zorzenon Costa, Márcia Carvalho
530 de Azevedo, Murilo Leal Pereira Neto, Pedro Caldas Chadarevian, Ricardo Hirata Ikeda e Ricardo
531 Luiz Pereira Bueno. Informou que a Profa. Edilene, por ser membro titular da CPPD – Comissão
532 Permanente de Pessoal Docente, não poderia se candidatar. Explicou que apenas o curso de
533 Economia havia apresentado seus candidatos, Prof. Eduardo e Prof. Júlio. Nesse momento, o Prof.
534 Mauri se desculpou e avisou que os Professores Álvaro e Francisco Marcelo eram os candidatos do
535 Eixo Comum. A Profa. Márcia, por sua vez, informou que os três docentes elegíveis do curso de
536 Administração estavam muito envolvidos com outros temas e não poderiam se candidatar. O
537 presidente esclareceu que a Resolução 71 definia o funcionamento da comissão e ditava que esta
538 deveria ser formada com membros de cada departamento ou seus correlatos, que no caso do *campus*
539 Osasco, eram os cursos. Assim, ficou entendido que cada curso, e também o Eixo Comum, deveria



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

540 apresentar dois candidatos às quatro vagas de membros titulares da CAEP e, ainda, quatro vagas de
541 suplentes necessitavam ser preenchidas. A Profa. Márcia solicitou adiamento porque gostaria de
542 discutir novamente o tema no âmbito do seu curso, pois não tinham entendido a necessidade de se
543 apresentar candidatos por curso. O Prof. Mauri sugeriu proceder com a eleição pois a postergação já
544 teria acontecido outras vezes. A Profa. Cristina disse que gostaria de ter segurança quanto ao
545 segredo do voto. A Profa. Márcia ratificou a solicitação de adiamento sem prejuízo aos colegas que
546 poderiam ter seus processos em análise e justificou que a premência nas decisões estava trazendo
547 problemas. O Prof. Júlio se declarou espantado com a polêmica gerada em torno da formação de
548 uma composição que, em sua opinião, não envolveria grandes questões. Disse entender que a
549 votação naquele dia estava prejudicada por conta do cuidado com os procedimentos desejado pelos
550 colegas. Sugeriu, então, que esses cuidados fossem tomados da forma mais rápida possível para não
551 comprometer a análise de processos dos colegas. Após algumas considerações a respeito dos
552 possíveis encaminhamentos, foi colocada em votação a proposta dos **nomes dos candidatos serem**
553 **apresentados até a sexta-feira seguinte, dia 16/maio, e na semana subsequente a eleição seria**
554 **encaminhada através de urna física e cédulas em papel para marcação da letra X nos dois**
555 **candidatos escolhidos e, ainda, para organizar esses trabalhos, foi formada uma comissão**
556 **eleitoral composta pelo Prof. Fábio e pela Profa. Nena. A proposta foi aprovada por**
557 **unanimidade.** Encerrado o ponto, o presidente sugeriu passar para o ponto (9) enquanto a secretária
558 providenciava a projeção dos documentos referentes ao ponto (8). **(9) INDICAÇÃO DE NOME**
559 **PARA REPRESENTAR O CAMPUS OSASCO NO COMITÊ TÉCNICO DE PÓS-**
560 **GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA PRO-PGPQ** - O Prof. Murilo
561 iniciou a exposição do tema dizendo que havia recebido um telefonema do coordenador do Comitê
562 Técnico de Pós-Graduação da área de Ciências Humanas e Sociais da ProPGPq, professor de
563 filosofia do *campus* Guarulhos, Dr. Marcelo Carvalho. Explicou que o comitê assessorava o Conselho
564 de Pós-Graduação e trata de tudo o que diz respeito a mestrado acadêmico na área de Ciências
565 Humanas e Sociais. Acrescentou a existência de outro comitê para tratar apenas de mestrado
566 profissional. Exemplificou que o referido comitê tratava da aprovação de APCN e credenciamento
567 de professores na pós-graduação. Relatou que o comitê estava solicitando a indicação de dois
568 nomes do *campus* Osasco para participar desse comitê e que o critério fundamental estatutário é que
569 o docente fosse credenciado no Programa de Pós-Graduação. Como Osasco não tem mestrado
570 acadêmico ainda e o mestrado profissional não conta, nesse caso, foi necessário flexibilizar as
571 normas e tal critério não seria aplicado. Assim, caberia ao *campus* Osasco indicar um docente por
572 mérito e cujo perfil fosse de aderência à pós-graduação e à pesquisa. Esclareceu que essa
573 representação não era eletiva, pois isso seria feito pelo Conselho de Pós-Graduação. A direção de
574 Guarulhos e Diadema indicaram os seus nomes. Porém, a direção de Osasco não tinha indicações e
575 trazia para a Congregação decidir. O Prof. Fábio esclareceu que o comitê técnico avaliava mais
576 especificamente os projetos da área de Ciências Humanas e Sociais. O Prof. Mauri lembrou que o
577 *campus* Osasco já estava formando a Câmara de Pós-Graduação. A Profa. Cristina citou que a
578 reunião para constituição da Câmara de Pós-Graduação estava acontecendo ao mesmo tempo que
579 aquela reunião. A Profa. Cláudia sugeriu tirar dali os nomes de áreas diferentes, conforme solicitado
580 pelo coordenador e aproveitou para indicar o nome da Profa. Cristina que, em sua opinião cumpria
581 os critérios do comitê. O Prof. Eduardo se manifestou interessado e a Profa. Cristina indicou o Prof.
582 Mauri que, apesar de muito envolvido com o tópico, se absteve em favor do Prof. Eduardo. A Profa.
583 Luciana também foi citada, mas, fez o mesmo que o Prof. Mauri, ponderando apenas, que poderia
584 ser feito um revezamento entre os docentes. O Prof. Murilo consultou os membros e **os nomes da**



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

585 **Profa. Cristina e do Prof. Eduardo foram aprovados por unanimidade.** O presidente deu início
586 ao último item a ser tratado **(8) HOMOLOGAÇÃO DAS BANCAS DE CONCURSO PARA**
587 **INGRESSO DE DOCENTES** - Com a palavra, o Prof. Murilo explicou o condicionamento dos
588 prazos ao calendário eleitoral. Justificou os casos analisados e aprovados pela Comissão de Bancas,
589 porém aprovados *ad referendum* da Congregação. Citou a situação dos cursos de Administração e
590 Ciências Econômicas, que tiveram quatro certames sem candidatos aprovados e do curso de
591 Ciências Contábeis, que procedeu a mudança de perfil dos candidatos. Ele lembrou que toda a
592 documentação referente aos concursos mencionados tinha sido encaminhada antecipadamente aos
593 membros para análise e, portanto, era solicitada a homologação. Citou também dois concursos do
594 Eixo Comum que seriam expostos mais adiante. Convidou o Prof. Eduardo para explicar o caso
595 excepcional do curso de Ciências Econômicas, cujo concurso igualmente não qualificara nenhum
596 candidato, porém, não tinha sido aprovado pela Comissão de Bancas. Com a palavra, o Prof.
597 Eduardo explicou que, devido à pressa, havia enviado um arquivo errado. Ele explicou que o erro
598 constava dos pontos, que eram exatamente idênticos ao concurso anterior, porém, a numeração
599 estava incorreta e ele não percebera. O professor explicou que assumia o lapso e que precisou pedir
600 ao diretor acadêmico aprovação *ad referendum*. O Prof. Mauri ofereceu sua colaboração aos colegas
601 que fossem abrir concursos para Métodos Quantitativos no tocante à elaboração dos pontos, cuja
602 adequação poderia atrair mais candidatos. O Prof. Murilo, então, consultou se os membros se
603 sentiam esclarecidos sobre as explicações apresentadas e, obtendo respostas afirmativas, perguntou
604 sobre a concordância com a homologação daqueles concursos e todos se manifestaram a favor. E,
605 dessa forma, **os concursos** ◦ **Administração/Administração Geral,** ◦ **Administração/Métodos**
606 **Quantitativos em Administração,** ◦ **Ciências Econômicas/Finanças,** ◦ **Ciências**
607 **Econômicas/Métodos Quantitativos em Economia** e ◦ **Ciências Contábeis/Contabilidade**
608 **Financeira foram devidamente homologados.** A Profa. Márcia, nesse momento, interrompeu
609 para apontar uma incorreção na tabela de alteração dos concursos e pediu para corrigir o concurso
610 de Administração Geral que indicava mudança de requisito, mas essa alteração se referia ao
611 concurso de Métodos Quantitativos. O presidente esclareceu que aquele quadro era apenas para
612 apresentação naquela reunião, mas que a correção seria processada. Assim, o Prof. Murilo começou
613 a apresentar os dois últimos concursos aprovados pela Comissão de Bancas do dia 07/maio, que se
614 referiam a processos seletivos simplificados para contratação de professores substitutos. Ele
615 explicou que dois membros suplentes da banca examinadora eram da mesma instituição, a UFABC
616 e, para evitar problemas houve a substituição de um dos membros por um docente da UNESP-
617 Franca. O Prof. Murilo convidou o Prof. João Tristan para falar. Com a palavra o Prof. João
618 explicou a alteração processadas na banca. O presidente submeteu à votação da Congregação e os
619 **concursos de** ◦ **Formação Científica/ Metodologia Científica** e **de** ◦ **Compreensão da**
620 **Realidade Brasileira/História, foram aprovados por unanimidade.** Encerrada a ORDEM DO
621 DIA o Prof. Eduardo solicitou que fosse considerada uma pausa para almoço nas reuniões da
622 Congregação, caso a sessão se estendesse até as 13 horas. Justificou que as últimas reuniões tinham
623 se alongado ao ponto de não coincidir com o horário de funcionamento das refeições do Restaurante
624 Universitário. O Prof. Murilo agradeceu a presença e a paciência de todos e encerrou a sessão às
625 14h06min. Eu, Maristela Bencici Feldman, lavrei esta ata.

626

Osasco, 09 de maio de 2014.



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

627

628

Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto

629

630

Profa. Dra. Cláudia Alessandra Tessari

631

632

Sr. João Marcelino Subires

633

634

Prof. Dr. Arthur Bragança de Vasconcellos Weintraub

635

636

Profa. Dra. Cristina Soreanu Pecequilo

637

638

Prof. Dr. Eduardo Luiz Machado

639

640

Profa. Dra. Márcia Carvalho de Azevedo

641

642

Profa. Dra. Nena Geruza Cei,



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

643

Prof. Dr. João Tristan Vargas

644

645

Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos

646

647

Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon Costa

648

649

Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic

650

651

Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet

652

653

Prof. Dr. Mauri Aparecido de Oliveira

654

655

Sr. Andreas Leber

656

657

Sra. Crysthian Gracie Raviani

658



ATA/CONG.ORD.09/05/2014

659

660

Sra. Emília Tiemi Shinkawa

661

662

Vinícius dos Santos Pereira Reis

663

664

Prof. Dr. Flávio Rocha de Oliveira

665

666

Prof.. Dr. Ricardo Hirata Ikeda

667

668

Thiago Alexandre de Carvalho Miguel

669

670

Maristela Bencici Feldman